



# Formação Docente: Experiências Metodológicas, Tecnológicas e Práticas

Clécio Danilo Dias da Silva  
(Organizador)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021



# Formação Docente: Experiências Metodológicas, Tecnológicas e Práticas

**Clécio Danilo Dias da Silva  
(Organizador)**

**Atena**  
Editora

Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrááo Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará

Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe

Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz

Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa

Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Formação docente: experiências metodológicas, tecnológicas e práticas

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Correção:** Kimberly Elisandra Gonçalves Carneiro  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Clécio Danilo Dias da Silva

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F723 Formação docente: experiências metodológicas, tecnológicas e práticas / Organizador Clécio Danilo Dias da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-732-1

DOI 10.22533/at.ed.321211801

1. Formação de professores. 2. Formação docente. 3. Professor. 4. Graduação. I. Silva, Clécio Danilo Dias da (Organizador). II. Título.

CDD 370.71

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Ser um docente requer a existência de conhecimentos específicos, estratégias e métodos vinculados à atuação profissional em sala de aula. Esses aspectos são desenvolvidos e aprimorados durante a formação inicial em cursos de licenciatura. Nesse contexto, a formação docente se constitui no ato de formar um professor, educar o futuro profissional para o exercício do magistério. Envolve uma ação a ser desenvolvida com alguém que vai desempenhar a tarefa de educar, de ensinar, de aprender, de pesquisar e de avaliar. Contudo, na contemporaneidade, percebe-se uma carência de políticas públicas que assegurem aos docentes uma profícua formação, falta de incentivos financeiros para essa formação, capacitações frequentes, tampouco a valorização profissional.

Essa situação, tem se destacado nos últimos anos, o que possibilitou o desenvolvimento de grupos de estudos e criação de programas de pós-graduação nas universidades em todo o mundo, inclusive no Brasil, os quais fomentam as pesquisas e produções nos diversos aspectos relacionado Educação e a formação docente.

Dentro deste contexto, a coleção intitulada “Formação docente: Experiências Metodológicas, Tecnológicas e Práticas” tem como foco principal a apresentação de trabalhos científicos relacionados a formação inicial e continuada de professores. Os volumes abordam em seus capítulos de forma categorizada e interdisciplinar diversas pesquisas, ensaios teóricos, relatos de experiências e/ou revisões de literatura que transitam nas diversas áreas de conhecimentos tendo como linha condutora a formação docente.

Espera-se que os volumes relacionados à essa coleção subsidiem de forma teórica e prática o conhecimento de graduandos, especialistas, mestres e doutores e todos aqueles que de alguma forma se interessam por estudos envolvendo a formação docente. Para finalizar, parabênizo a iniciativa e estrutura da Atena Editora, a qual proporciona uma plataforma consolidada e confiável para que pesquisadores de diversas localidades do país divulguem suas produções científicas.

Desejo a todos uma boa leitura!

Clécio Danilo Dias da Silva

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
POR UMA PRÁTICA DOCENTE CRÍTICA	
Verônica Pereira de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.3212118011	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO	
Cláudia Regina Paese	
Ana Lucy Martins Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.3212118012	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>17</b>
FORMAÇÃO DOCENTE, PENSAMENTOS INDÍGENA, DE(S)COLONIAL E FILOSOFIAS AFRICANAS NA DISCIPLINA FILOSOFIA DO CURSINHO POPULAR DARCY RIBEIRO	
Heiberle Hirsberg Horácio	
DOI 10.22533/at.ed.3212118013	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>28</b>
A APLICABILIDADE DA LEI FEDERAL 10639/03: DESAFIOS E POSSIBILIDADES – A EXPERIÊNCIA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTOS/SP	
Sandra Regina Pereira Ramos	
Adriana Negreiros Campos	
DOI 10.22533/at.ed.3212118014	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>39</b>
DISPUTAS PELA LIBERDADE DE ENSINO: ENTRE O CONSERVADORISMO E A AUTONOMIA PEDAGÓGICA	
Viviane Merlim Moraes	
Sílvia Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.3212118015	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO: EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS	
Lidnei Ventura	
Klalter Bez Fontana	
Grasiele Cristina Schumann	
DOI 10.22533/at.ed.3212118016	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>64</b>
CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO DAS DISSERTAÇÕES E TESES PUBLICADAS A PARTIR DE 2003 NA BIBLIOTECA DIGITAL DO IBICT	
Renato Barros de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.3212118017	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>76</b>
FORMAÇÃO DOCENTE E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL Leandro dos Santos Jailda Evangelista do Nascimento Carvalho DOI 10.22533/at.ed.3212118018	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>90</b>
CADASTRAMENTO DOS DISCENTES MEDIANTE A POLÍTICA DE COTAS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS. A POLÍTICA DE COTAS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS: ACOLHIMENTO E CADASTRAMENTO DOS DISCENTES Flávia Silva Rocha Fabiana de Oliveira Lobão Ronise Nascimento de Almeida DOI 10.22533/at.ed.3212118019	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>99</b>
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PORTAL DO PROFESSOR DO MEC: ARTICULAÇÕES A PARTIR DA PSICOLOGIA ESCOLAR Liliane dos Guimarães Alvim Nunes Sílvia Maria Cintra da Silva Márcia Helena da Silva Melo DOI 10.22533/at.ed.32121180110	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>113</b>
A PROBLEMÁTICA DO BULLYING NA ESCOLA: REFLEXÕES E DESAFIOS PARA A GESTÃO E A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA Lucyvânia D'arc Duarte Ribeiro Raimunda Rita de Cássia Nascimento Silva Sandra de Sousa Duarte DOI 10.22533/at.ed.32121180111	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>121</b>
A PRÁTICA DOCENTE EM UM CURSO TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO: UMA PROPOSTA DE REVISÃO CURRICULAR Josemar Soares Carvalho Katia Gonçalves Castor DOI 10.22533/at.ed.32121180112	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>132</b>
A CONSCIÊNCIA FONÊMICA COMO PRÁTICA DE ALFABETIZAÇÃO NO PROGRAMA ALFA E BETO: UMA VISÃO DA PRÁTICA DOCENTE Wellington Carvalho de Arêa Leão Sílvia Carvalho de Almeida Santos Josélia Maria da Silva Farias Islane Silva de Sousa DOI 10.22533/at.ed.32121180113	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>150</b>
A EXPERIÊNCIA FORMATIVA DA ATIVIDADE DE PESQUISA NO PARFOR E AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA INSERÇÃO DE TRABALHOS COM PERIÓDICOS	
Aline de Carvalho Moura Joyce da Costa Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180114</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>156</b>
LITERACIA DIGITAL DOCENTE: COMPETÊNCIA ADQUIRIDA NA FORMAÇÃO DE PROFESSOR POR MEIO DO <i>M-LEARNING</i>	
Andréia Cristina Nagata Paulo Rurato Pedro Reis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180115</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>167</b>
TECNOLOGIAS DIGITAIS E A ESCOLA DO FUTURO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES	
Marcelo Messias Henriques	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>185</b>
REFLEXÕES SOBRE O USO DO <i>YOUTUBE</i> EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Alessandro Segala Romano Rosália Maria Netto Prados	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>195</b>
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO ENSINO SUPERIOR: DISCUSSÕES FRENTE AOS PARADIGMAS DE EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Etiene Abreu	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>206</b>
MESTRADO PROFISSIONAL NA FORMAÇÃO DE DOCENTES E PRECEPTORES DA ÁREA DA SAÚDE: A PRÁTICA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO	
Rosana Brandão Vilela Adenize Ribeiro Nildo Alves Batista	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>220</b>
MEMÓRIAS (DE) EDUCADORAS: OS PERCURSOS QUE NOS FIZERAM SER QUEM SOMOS E A NOVA SITUAÇÃO EDUCACIONAL	
Paula de Camargo Penteadó	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180120</b>	

<b>CAPÍTULO 21.....</b>	<b>234</b>
<b>PROME: MEDIAÇÃO ENTRETURMAS NA INTEGRAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UERJ</b>	
Deborah Isabel Taboada Carballo	
Florence Mendez Casariego	
Lais Ferreira	
Luciana Velloso	
Luiza Helena Rizzo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180121</b>	
<b>CAPÍTULO 22.....</b>	<b>243</b>
<b>FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA TRABALHAR NOS CURSOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b>	
Janete Otte	
Jair Jonko Araújo	
Miguel Alfredo Orth	
<b>DOI 10.22533/at.ed.32121180122</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>257</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>258</b>

## FORMAÇÃO DOCENTE E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Data de aceite: 04/01/2021

**Leandro dos Santos**

Mestre em Educação PPGED/UFS

**Jailda Evangelista do Nascimento Carvalho**

PPGED/UFS, professora da Educação Básica no Estado de Sergipe, Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais na Universidade Federal de Sergipe

**RESUMO:** O presente trabalho é resultado da continuação dos estudos realizados a partir da pesquisa de dissertação de mestrado intitulada “Concepção e prática da Organização Escolar”, desenvolvida no curso de Licenciatura em Educação do Campo, na Universidade Federal de Sergipe, nos anos de 2008 a 2012, escrita e defendida por Leandro dos Santos. A proposta desta pesquisa foi realizar um mapeamento das condições de funcionalidade do referido curso superior, entretanto, após uma maior reflexão percebeu-se a necessidade em se realizar um estudo mais aprofundado sobre o financiamento da educação superior no Brasil, estudo este, que busca apontar as contradições inerentes em sua conjuntura sociopolítica. Como fundamentação foram utilizadas bibliografias de autores como Amaral (2008), Manurim (2006), Melo (2002), Martins (1993) e produções voltadas ao objeto inicial de estudo que é a formação de professores para as escolas do campo. Através dos estudos realizados foi possível evidenciar que ainda é necessário muitos investimentos nas

políticas públicas, bem como no financiamento da educação superior para que esta possa se materializar efetivamente e com qualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação docente, Financiamento, políticas públicas.

**ABSTRACT:** The present work is the result of the continuation of the studies carried out based on the master's dissertation research entitled “Conception and practice of the School Organization”, developed in the Degree Course in Rural Education, at the Federal University of Sergipe, from 2008 to 2012, written and defended by Leandro dos Santos. The purpose of this research was to carry out a mapping of the conditions of functionality of that higher education course, however, after further reflection it was realized the need to carry out a more in-depth study on the financing of higher education in Brazil, a study that seeks to point out the inherent contradictions in its socio-political context. Bibliographies of authors such as Amaral, Manurim, Marx, Melo and productions focused on the initial object of study, which is teacher training for rural schools, were used as a basis.

**KEY WORDS:** Teacher training, Financing, public policy.

### 1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como proposta dar continuidade às ideias apresentadas na dissertação de mestrado intitulada “Concepção e prática da Organização Escolar” desenvolvida por Leandro dos Santos, durante o curso de

Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Sergipe, nos anos de 2008 a 2012<sup>1</sup>. Esse trabalho teve como proposta realizar o mapeamento das condições de funcionalidade do referido curso superior, assim como averiguar o caminho que percorre o financiamento da educação superior no Brasil, até chegar à universidades.

Assim, a partir de um maior aprofundamento das ideias iniciais e, principalmente, depois da pesquisa realizada em campo, percebeu-se a necessidade da realização de um estudo acerca do financiamento da educação superior no Brasil. Isso porque constatou-se, por meio dos dados analisados durante o período de construção da dissertação, uma série de irregularidades na distribuição dos recursos direcionados à educação, fato que favorece um descompasso na lógica inicial do desenvolvimento do projeto, tendo como consequência um direcionamento irregular de tais recursos.

Desta forma, observou-se que tais irregularidades interferiam de forma direta em toda a conjuntura do sistema de produção, ou seja, não somente interfere na base, mas em todo o suporte que envolve o processo educacional como a formação dos professores, manutenção de materiais, deslocamento dos alunos e toda uma conjuntura necessária para fazer com que todo o sistema possa funcionar, mesmo dentro de suas limitações.

É importante fazer um parenteses em nossa reflexão para chamar a atenção para o fato de que as transformações pelas quais a sociedade tem passado, decorrentes da utilização de novas tecnologias e da própria globalização, exige cada vez mais um profissional atualizado e conhecedor de técnicas capazes de colocá-lo a um passo a frente. Não basta apenas saber os conteúdos, é necessário saber passá-los da melhor forma possível e com uma linguagem acessível a todos. Assim, a universidade não pode existir sem condições mínimas de proporcionar aos profissionais de educação os recursos necessários para a realização de práticas dinâmicas voltadas para o uso das novas tecnologias, como orientam as diretrizes educacionais para o ensino superior, pois esta nova ferramenta de trabalho já faz parte do dia a dia de todos os profissionais da educação do mundo.

O resultado de tais mudanças ocasiona uma série de fatores que favorecem o surgimento de um exército de reserva<sup>2</sup>, ou ainda, aqueles conhecidos por sua polivalência profissional, ou seja, realizam varias atividades não relacionadas a sua especialização. Além disso, é importante destacar o fato de que está sendo inseridos no mercado de trabalho um produto que posteriormente será substituído pelas maquinas e pelo o novo nome dado ao professor o “tutor”.

Diante desse contexto tem-se inserido o ensino superior, percebendo-o sob a perspectiva capitalista em que o cliente, por realizar o pagamento de mensalidades,

---

1. Dissertação defendida pelo autor Leandro dos Santos sob orientação da professora Dra. Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus em 2015.

2. O exercito de reserva em Marx, corresponde aos desempregados, estes são usados pelo sistema capitalista para inibir a possibilidade do proletariado fazer greve, porque podem ser substituídos por outro que por um preço menor, pode desenvolver o mesmo trabalho. Por isto que o desemprego é tão importante para o atual sistema, por que em via de regra, faz movimentar a economia através do processo de substituição do trabalhador.

apresenta regalias, ou mesmo, um ensino de melhor qualidade, visto que tais instituições apresentam melhores condições de infraestrutura, recursos disponíveis, treinamento de professores, dentre outros benefícios que servem para agradar os seus clientes, ainda que pouco interessada com a produção acadêmica, bem como com a aprendizagem significativa desses estudantes que tem como alvo se qualificar para o mundo do trabalho, fato que muitas vezes deixa para trás o processo de humanização e exercício da cidadania.

Por outro lado, tem-se as Universidades públicas, ainda que diante de uma dura realidade de sucateamento, falta de recursos, de professores, de estruturas adequadas, dentre outros aspectos fundamentais para a sua existência e funcionamento com qualidade, mas que resistem fortemente a tais circunstâncias, essas instituições, segundo Melo (2002): “tiveram um papel importantíssimo no desenvolvimento de grandes invenções”, no entanto, para a lógica do mercado, tem se mostrado atrasada e resistente ao processo de mudança.<sup>3</sup>

Sabe-se que as universidades sempre foram vistas como formadoras de recursos humanos, no entanto, mesmo diante das dificuldades impostas pelo atual sistema capitalista, estas instituições têm conseguido desenvolver pesquisas de grandes proporções, ou seja, que trazem benefícios para a sociedade, isso pode ser evidenciado no momento em que este trabalho estava sendo construído, momento em que o país está passando por uma Pandemia em que grande parte da população está sendo afetada pelo Corona vírus-Covid-19, tais instituições deram suas parcelas de contribuições na produção de álcool em gel, na aplicação dos testes rápidos que colaboraram para o mapeamento do nível e velocidade de disseminação do vírus no país, pode-se citar como exemplo, a Universidade Federal de Sergipe - UFS, Universidade Federal da Bahia UFBA, a Universidade Federal do Ceará (UFCE), dentre outras.

Vale ressaltar que as universidades públicas também estão contribuindo para a aplicação dos testes das vacinas que estão sendo produzidas em outros países, a saber a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) que faz parceria com a Universidade de Oxford, no Reino Unido em parceria com a AstraZeneca<sup>4</sup>, e juntas aplicam os testes da vacina que está sendo produzida por esta última para verificar sua eficácia na imunização do Covid-19.

A existência e incentivo a esses estudos é a mola propulsora do desenvolvimento científico de um país, e o descaso com que vem sendo tratada essa situação demonstra o desrespeito à nossa cultura científica e a todos os alunos de graduação que fazem parte dessas instituições.

---

3. Segundo Pedro Antônio de Melo, 2002, foi através da influência acadêmica advindos dos estudos e pesquisas que ao longo dos anos foram desenvolvidas nas universidades que os avanços na ciência e na tecnologia chegaram a sociedade, possibilitando mudanças comportamentais.

4. Informações retiradas do site: <https://noticias.r7.com/saude/pazuello-diz-que-vacina-de-oxford-contra-covid-chega-em-janeiro-02102020>.

Diante exposto, discutiremos o financiamento da educação superior no Brasil no que tange principalmente aos cursos de formação de professores. Neste breve estudo, apontaremos também, uma parte do que foi tratado na dissertação de mestrado, em se tratando de financiamento da educação superior, sem extinguir o estudo original que analisou como ocorreu o processo formativo dos estudantes da licenciatura em educação do campo, investigando a situação atual de cada estudante e ainda, se estes estão atuando na educação do campo.

## 2 | O DISCURSO SOBRE O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Antes de mais nada é importante compreender a origem do termo Educação, que provém do latim “*educere*” que significa extrair, tirar, desenvolver<sup>5</sup>. Dessa forma, representando, em sua essência, a formação do homem durante sua vida orgânica. Daí o seu direcionamento social, ou seja, a sua necessidade de humanização, visto que funciona como formadora de mão-de-obra e da consciência social. Emile Durkheim compreende a estruturação da educação como sendo:

[...] a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente se destina” (DURKHEIM apud BRANDÃO, 1997 p.71).

Entende-se assim que o autor compreende a educação como um mecanismo social de transmissão de valores que a sociedade considera como fator positivo para o seu desenvolvimento, ou seja, acrescenta à sua capacidade moral e intelectual.

Ao analisar o ambiente histórico, percebe-se que a educação era o instrumento de diferenciação social, possibilitando a construção de um modelo, ou de um estereótipo de homem desejado pela sociedade. Conclui-se com tal contestação que a educação auxiliava a construir o homem que a sociedade desejava, porém, ao analisar de forma detalhada o processo ao qual a educação desse contexto se desenvolvia, percebe-se que antes dela vinha a política educacional que dava a direção. A esse respeito Martins (1993) se propõe a explicar que:

A política educacional é um dos instrumentos para se projetar a formação dos tipos de pessoas de que uma sociedade necessita. Ao contrário da educação, que ajuda a pensar tipos de homens e mulheres, a política educacional ajuda a fazer esses tipos, definindo a forma e o conteúdo do saber que vai ser passado de pessoa a pessoa para constituir e legitimar seu mundo, e visando, com isso, assegurar a sobrevivência dos tipos de sociedade (MARTINS, 1993, p.9).

---

5. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 23 de setembro de 2020.

O autor deixa bem claro que as políticas educacionais estão carregadas de intenções, e que essa compreensão possibilita esclarecer qual o tipo de pessoas que a sociedade está projetando para o futuro. Nesse sentido é importante buscarmos compreender o discurso que marca o financiamento da Educação no Brasil.

A LDB/1996, estabelece que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e, ainda, nas manifestações culturais. Dessa forma, a LDB/1996 estabelece, prioritariamente, que a educação superior tem por finalidade:

I Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II. Formar diplomados, nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e, ainda, da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Com o intuito de atender esses objetivos, é organizada a educação superior no Brasil, que será ministrada em instituições de Ensino Superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou de especialização, a partir dos interesses institucionais de cada IES.

É importante chamar a atenção para o fato de que além de se tratar da característica administrativa e da organização acadêmica do sistema de Ensino Superior no Brasil,

é fundamental realizar a análise das atividades de formação que são oferecidas pelas instituições que fazem parte desse sistema.

Dessa forma, ao procurar atender a demanda do mercado de trabalho e, como consequência, do desenvolvimento acelerado da sociedade em decorrência dos avanços tecnológicos e da globalização, as instituições de Ensino Superior são convidadas a prepararem-se para acompanhar essas transformações, como pode ser visto no art. 44 da LDB/96, em que ficam definidos os tipos de cursos superiores oferecidos pelas instituições, a saber:

I Sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino; II. De graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, ou tenham sido classificados em processo seletivo; III. De pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; IV. De extensão, abertos a candidatos que atendem aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino (BRASIL, 1996).

Vale destacar que o citado desenvolvimento trouxe expansão do sistema de Ensino Superior tornando possível que aqueles que estiveram à margem da sociedade em decorrência de injustiças históricas de negação de seus direitos ao acesso a educação tivessem a partir de então, novas oportunidades de estudar em cursos de nível superior, fato que gerou uma diversificação nas modalidades de cursos oferecidos.

De acordo com Amaral (2008), o discurso que aborda a questão do financiamento da Educação superior no Brasil se complica devido à grande quantidade de instituições que dividem esse orçamento, sobrando pouco para se realizar investimentos na pós-graduação, na pesquisa e nas ações mais efetivas de interação com a sociedade, como demonstra:

A discussão sobre o financiamento desse nível educacional no Brasil complica-se pela grande diversidade e complexidade das Instituições de educação superior (IES): são universidades (8,4%), centros universitários (5,3%), faculdades integradas (5,9%), faculdades, escolas e institutos (73,2%) e centros de educação tecnológica (7,2%) (Inep, 2005). Além disso, elas são públicas – federais, estaduais, municipais – ou privadas – particulares em sentido estrito, comunitárias, confessionais ou filantrópicas. Predomina, ainda, nesse cenário, um conjunto de instituições que prioritariamente desenvolvem atividades relacionadas ao ensino de graduação, ficando a pós-graduação, a pesquisa e as ações mais efetivas de interação com a sociedade por conta de poucas instituições. (AMARAL, 2008, p. 260)

Dessa forma, apesar da Constituição Federal (1988), em seu artigo 205 afirmar que “a educação é direito de todos e dever do Estado, da família e será promovido em colaboração com a sociedade”, o que se percebe é um quadro adverso. Ainda no mesmo texto, em seu artigo 211, do inciso 1º, tem-se assegurado que “a União organizará e

financiará<sup>6</sup> o sistema federal de ensino e dos territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o desenvolvimento de seu sistema de ensino e atendimento prioritário à escolaridade obrigatória” para todos.

O que se percebe é o total descaso e desrespeito às leis e ao cidadão, visto que apesar da existência de orçamento e de leis que garantem o direcionamento para este, o que ocorre é a falta de recursos e de condições para que tais pesquisas e investimentos em estudos sejam realizados, como pode ser comprovado no artigo 212 da Constituição 1988, quando fica determinado que “a União aplicará anualmente, nunca menos que 25%<sup>7</sup>, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Ainda no tocante ao financiamento, a Lei 9.394/96 em seus artigos 54 e 55 menciona que:

As universidades mantidas pelo poder publico gozarão, na forma da lei de estatuto jurídico especial para atender as peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo poder público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico de seu pessoal (art. 54). Caberá á União assegurar, anualmente, em seu orçamento Geral, recursos suficientes para a manutenção e desenvolvimento das instituições de ensino superior.”(BRASIL, 1996)

Deste modo, percebe-se que a política de expansão das Universidades Federais e dos Institutos Federais de Educação, não foram suficientes para impedir o crescimento das instituições privadas de ensino superior no Brasil e, com isso, intensificou-se o processo de mercantilização da educação superior no país.

Essa realidade passou a existir logo após a criação e ampliação de programas sociais e ações voltadas para a área da educação, tais como o Programa Universidade para Todos - Prouni ( um programa do Governo Federal do Brasil criado com o objetivo de conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior), é importante destacar que esse benefício possibilitou às instituições privadas ficarem isentas de pagar o seguintes impostos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição Social do Lucro Líquido - CSLL, Programas de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Tais insenções tem sua legalidade assegurada através da aprovação em 2004 da Lei da Parceria Público Privada, Lei nº 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. que assegura em seus Art. 2º que “Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa” (BRASIL, 2004).

6. O financiamento da educação no Brasil ocorre a partir do uso de recursos públicos, de instituições privadas e dos cidadãos.

7. Segundo o portal Todos pela educação, acessado em 29 de dezembro de 2014, desde 2009, a União investe anualmente o equivalente a 1% do PIB. Em 2012, houve um avanço e 6,4% do PIB, foi investido em educação. Com a aprovação do novo PNE, uma das metas é investir chegar a 10% no final do decênio, ou seja, somente em 2024.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que no período governamental exercido pelo Partido dos Trabalhadores - PT, foram colocadas em prática medidas importantes que tratavam a esse respeito, como o Plano de Desenvolvimento de Educação – PDE, na forma de avaliar o ensino médio e automaticamente promover acesso à educação superior, criando com isso, o novo Exame Nacional do Ensino Médio. Além disso, teve a Reforma Universitária com programas e medidas provisórias como a política de Educação a Distância - EAD, o PROUNI, e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, sendo este último voltado apenas para as instituições de ensino superior federais.

É certo que tais medidas trouxeram uma sinalização para a diminuição das desigualdades no país, entretanto, como ponto negativo, observa-se um avanço considerável no que diz respeito ao trato com a educação superior como mercadoria, o avanço do capital em favor da globalização, tornando possível a transformação da educação em um negócio lucrativo para a burguesia brasileira.

No entanto, os dados de onde (CENSO, 2012) têm comprovado que a política expansionista adotada, pelos governos brasileiros, desde a ditadura militar (1964), os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do aprofundamento da privatização do ensino superior, apesar de ter promovido a expansão do acesso não corresponde ainda à grande demanda populacional existente, em especial, na faixa etária de 18 a 24 anos.

Ao longo de nossa história observa-se que a educação superior brasileira, sempre sofreu embates de projetos e disputas políticas, ou seja, nunca recebeu a devida atenção. No período de 1990 a 2010, a parcela destinada do Produto Interno Bruto – PIB, para o setor educacional variou de 1% a 4%. Em 2002, por exemplo, o orçamento do Ministério da Educação era de pouco mais de R\$ 20 milhões, o que mudou completamente a partir de 2010, quando em decorrência das reformas ocorridas pela gestão petista, em 2010, esse mesmo orçamento já ultrapassava pouco mais de R\$ 70 milhões. De acordo com dados do Censo da Educação Superior de 2012;

[...] as despesas declaradas pelas IES, e apuradas pelo Censo da Educação Superior, indicam que a) as instituições federais gastaram cerca de 60 % dos seus recursos com o pagamento de pessoal, sendo que as despesas de outros custeios atingiram 22,1% e as de capital, 10,2%; as instituições estaduais aplicaram cerca de 66,8% dos seus recursos no pagamento de pessoal, 19,4% no pagamento de outros custeios e 9,0% nas despesas de capital; c) as instituições municipais gastaram cerca de 69,5% de seus recursos com o pagamento de pessoal, 19,8% com o pagamento de outros custeios e 4,0% para capital; d) as instituições privadas destinaram cerca de 55,6% para o pagamento de pessoal, 23,1% para outros custeios e 6,2% para capital. (BRASIL/MEC, 2012a)

Os dados apontam ainda que as despesas realizadas pelas IES brasileiras, no ano de 2012, atingiram o montante de R\$ 106,88 bilhões. Esse montante representa um volume de recursos financeiros equivalente a 2,43% do PIB de 2012, que foi de R\$ 4,392 trilhões.

É importante destacar que ainda diante de mais investimentos para a educação a situação das universidades se encontrava difícil. O gasto com a educação brasileira continuava irrelevante em relação aos valores pagos pelo governo com os títulos da dívida pública, que foi de 36% do PIB Nacional.

Como resultado dessa falta de comprometimento tivemos nos anos seguintes as consequências evidentes desse descaso nos indicadores oficiais que apresentavam a situação educacional brasileira: “ taxa de analfabetismo no país de 8,8% entre os homens e 8,4% entre as mulheres na faixa etária 15 anos ou mais, ou seja, 8,6% da população brasileira nesta faixa etária” (IBGE, 2011). Tudo isso apontava os reflexos de uma política educacional de controvérsias em que de um lado se investe em programas governamentais, enquanto do outro, não se investe para não erradicar a possibilidade de implementação de políticas sociais compensatórias.

A tabela a seguir apresenta dados com a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil. A partir de uma simples análise, observa-se o quanto o país precisa investir em educação, tendo em vista que esse grupo etário analisados representam uma classe que deveria estar estudando.

É importante chamar a atenção para o fato de que se estas pessoas estivessem em sala de aula, ou seja, produzindo conhecimento, futuramente poderiam não precisar de políticas públicas de assistência em qualquer tipo de área (saúde, social, educação, profissional, etc.), o que poderia trazer grandes economias para o Estado.

<b>Por Sexo</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2011</b>
Homens	10,4	10,2	9,9	8,8
Mulheres	9,9	9,8	9,6	8,4
Todos	10,1	10,0	9,7	8,6

TABELA 1 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo - Brasil - 2007/2011.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2011

Destaca-se certo avanço do financiamento da educação superior no Brasil, a partir da ampliação do discurso de ingresso de pessoas de baixa renda nas universidades. Tais políticas que apresentavam uma suposta abertura educacional, na verdade, favoreceu aos grupos empresariais de educação, que aderiram a programas de incentivos fiscais que em

troca permitiam o ingresso de estudantes em suas instituições com bolsas integrais ou parciais do PROUNI, ou sob forma de financiamento estudantil pelo FIES<sup>8</sup>.

Dando continuidade a essas medidas houve a implementação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e iniciativas voltadas para o Financiamento da Educação Superior (FIES). Os dados que apresentavam a quantidade de jovens que tiveram acesso a educação superior, no período de 2011 a 2012 e ultrapassavam a marca de 7 milhões. Esse número representou um aumento de 4,4% no período. Assim sendo, o número de matrículas nas instituições públicas cresceu 7%, o aumento na rede particular, responsável por 73% do total, foi de 35%. (CENSO, 2012).

Nos anos seguintes, houve destaque também para os números de matriculados nos cursos de EAD, em especial nos períodos de 2011 a 2012, assim como nas matrículas nos cursos superiores à distância que avançaram 12,2% e 3,1% nos cursos presenciais. Com essa demanda, a modalidade de educação a distância já representava aproximadamente 15% do total de matrículas em cursos de graduação, apresentando um avanço considerável nessa modalidade de ensino, ainda que em um país que deixa a desejar na utilização das novas tecnologias. (CENSO, 2012).

O Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), constituído pela Lei nº13.005 de 25 de Junho de 2014, com periodicidade decenal, estabeleceu metas para educação brasileira que tinham como proposta “Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.” (PNE, 2014, p.13). Como destaque desse documento tem-se a meta de nº 16, que visava formar em nível de pós-graduação, cerca de 50% dos professores que atuavam na educação básica, apesar da dívida histórica existente, principalmente, com os povos que vivem no campo ou do campo, como comenta Munarim (2006):

Enquanto não for possível, o financiamento público adequado ao atendimento de todas as necessidades da educação nacional com definição de padrão de qualidade, por razões de poucos recursos globais, que de resto devem ser sempre buscados, o gestor público há de reconhecer que, tomando-se por base o custo aluno, em termos relativos à localização do estabelecimento, a educação escolar do campo demanda mais recursos que a urbana. (MUNARIM, 2006, p. 23)

Ainda que muito esteja sendo realizado por meio das políticas Públicas na área de educação no campo, não há como comparar aos níveis de educação da área urbana. A realidade da região campestre e sua precariedade são decorrentes de um processo histórico de abandono e descaso de um comércio que de um lado enriquece políticos e grandes proprietários de terra e de outro massacra uma população tão sofrida.

8. Fundo de Financiamento Estudantil é um programa do Ministério da Educação (MEC) destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Fonte: sisfiesportal.mec.gov.br/faq.html

Nota-se que a taxa de analfabetismo ainda é bastante alta, atingindo a média de 25,8% no meio rural, frente a 8,7% no meio urbano; a média de anos de escolarização entre as pessoas de 15 anos ou mais é de apenas 4 anos, frente a 7,3 anos para o meio urbano; a taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental é de 41,4%, frente a 19,2% nas áreas urbanas; o perfil dos professores apresenta que, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, apenas 43,1% possuem o ensino médio completo e 21,6% superior completo, frente a 75% e 56,4%, respectivamente, para o meio urbano, e para 5ª a 8ª séries, apenas 53,1% dos professores do campo têm formação superior completa, frente a 87,5% para o meio urbano (Pacto para o Desenvolvimento da Educação do Campo (MEC – CONSED – UNDIME - 2008<sup>9</sup>).

É evidente a forma como se percebe o distanciamento entre essas áreas. Tais diferenças não estão evidentes apenas no aspecto geográfico, o que em alguns casos nem existe, mas pelos números que demonstram a falta de estrutura das escolas, de qualificação necessária para os professores e principalmente de recursos financeiros que promovam políticas sérias a fim de garantir a permanência e continuidade dos estudos nestas áreas. Estes dados comprovam que muito ainda precisa ser feito no âmbito financeiro para que possa se chegar a níveis de igualdade com aqueles que vivem no setor urbano, como pode ser visto por meio dos dados extraídos do pacto para o desenvolvimento da educação do campo fornecidos pelo (MEC, CONSED e UNDIME, 2008).

O estabelecimento de uma sistemática de financiamento permanente, com inclusão destacada nos Planos Plurianuais de Ação, para a Educação do Campo, no âmbito de cada um dos entes federados, com diferencial capaz de conduzir à superação dos *déficits* educacionais acumulados, parece ser a melhor saída para se atingir uma proporção mais justa. Sendo assim, a distribuição e o *quantum* do valor *per capita* do FUNDEB deverão ser decididos de acordo com indicações mais realistas, que evidenciem maior custo/aluno/ano para a realidade do campo. Conforme dados extraídos do pacto para o desenvolvimento da educação do campo (MEC – CONSED – UNDIME, 2008).

A esse respeito as diretrizes que embasam o financiamento da educação do campo no Brasil de acordo com a resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, art. 15, no cumprimento do disposto no § 2º, do art. 2º, da Lei 9.424, de 1996, determina a diferenciação do custo- aluno com vistas ao financiamento desta. Dessa forma, o Poder Público levará em consideração:

I - as responsabilidades próprias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o atendimento escolar em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, contemplada a variação na densidade demográfica e na relação professor/aluno;

---

9. [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:B9XYWDGDxvQJ:educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/pacto\\_da\\_educacao\\_do\\_campo\\_-\\_tima\\_verso\\_2.doc+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:B9XYWDGDxvQJ:educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/pacto_da_educacao_do_campo_-_tima_verso_2.doc+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)

II - as especificidades do campo, observadas no atendimento das exigências de materiais didáticos, equipamentos, laboratórios e condições de deslocamento dos alunos e professores apenas quando o atendimento escolar não puder ser assegurado diretamente nas comunidades rurais;

III - remuneração digna, inclusão nos planos de carreira e institucionalização de programas de formação continuada para os profissionais da educação que propiciem, no mínimo, o disposto nos artigos 13, 61, 62 e 67 ( BRASIL, 1996).

Sendo assim, ainda que diante de uma vasta legislação que teoricamente favorece a todos, e em especial aos excluídos historicamente dos direitos que lhes cabe no tocante à educação, a realidade dos povos que vivem no campo apresenta-se distante de garantir um ensino de qualidade que possibilite uma formação igualitária em comparação com as pessoas que vivem na área urbana.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto observou-se a grande necessidade em se refletir acerca de novas políticas de formação docente, em especial, para a população a quem o país, historicamente, negligenciou os direitos básicos e a educação necessária para a formação de um cidadão consciente de sua realidade. É importante compreender que o Brasil segregou tais direitos a outros povos, ao qual esta pesquisa não pretende mencionar, visto que se dirige apenas àqueles que vivem na e da zona rural brasileira. Desta forma, este estudo buscou apontar de forma breve, a partir de dados publicados em sites oficiais do governo Federal e a ideia de autores que abordam a temática em questão a seguinte conclusão.

Em se tratando do financiamento da educação superior no Brasil, não se pode compreender o problema apenas levando em consideração a defesa de uma lógica de expansão, cujo objetivo é demonstrar números para organismos internacionais. É preciso demonstrar que a expansão do ensino superior deve oferecer as devidas condições de trabalho e estudos necessárias para o público envolvido, proporcionar as condições para que as universidades possam se reestruturar a fim de atender a demanda e por fim, direcionar o orçamento necessário para o processo formativo dos educadores, oferecendo uma formação continuada e em consonância com as diretrizes que orientam a utilização de práticas modernas e recursos tecnológicos.

Em síntese, pode ser afirmado que é preciso existir uma reforma voltada para a estruturação da educação superior brasileira, tendo em vista um maior direcionamento de investimentos. Se isso não ocorrer o futuro da educação brasileira estará ameaçada, apesar de ser este um direito garantido pela Constituição Brasileira.

A formação de profissionais também é um ponto crucial e uma necessidade urgente a fim de garantir o desenvolvimento da sociedade brasileira em que ocorra, simultaneamente, uma redução da exclusão social.

Por fim, é esperado que o presente estudo possa ter contribuído para que outros novos possam surgir e ainda, colaborar no sentido de promover mudanças de paradigmas. Que os problemas aqui apresentados possam servir de exemplo para análise e futuras soluções que venham a garantir uma melhor qualidade no acesso e permanência dos estudantes ao ensino superior no Brasil.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. **Financiamento da Educação Superior: Estado x Mercado**. Florianópolis: Insular, 2008.

BRASIL, **Constituição, 1988**, Brasília, Senado Federal, 2000. BRASIL, Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.

\_\_\_\_\_. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo – **Resolução CNE/CEB nº1 de 03 de abril de 2002** – Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

\_\_\_\_\_. SECADI – **Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**, 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/11079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/11079.htm). Acesso em: 15 de setembro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Censo da Educação Superior**, 2011. Brasília, DF: INEP, 2010. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 10/07/2017.

\_\_\_\_\_. **Censo da Educação Superior**, MEC/INEP, 2012.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federativa do Brasil**. 1988.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Censo Demográfico Nacional 2010**, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEXEIRA - INEP. **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar –PNAD**. Panorama da educação do campo brasileira. MEC. Brasília, 2007

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEXEIRA - INEP. **Panorama da educação no campo**. Brasília/INEP, 2007.

MARTINS, Cléia. O que é Política Educacional . São Paulo. Brasiliense. 1993.

MUNARIM, Antonio. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais**. In: MOLINA, Mônica Castagna. Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília/MDA, 2006. n° 14, de 14/09/1999.

**Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo**. UFS. Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Educação – DED, São Cristóvão, 2006.

**Site utilizado**

<http://www.veja.abril.com.br/saude/universidade-de-oxford-retoma-testes-com-vacina-para-covid-19/>. Acesso em: 15 de agosto de 2020.

<http://www.portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>. Acesso em: 23 de setembro de 2020.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Alfabetização 13, 34, 38, 88, 104, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 161, 162, 172, 197

Apoio Universitário 234

Atividade Formativa 150

### B

Bullying 105, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120

### C

Competências Digitais 156, 157, 160, 165

Comunidade Escolar 28, 30, 32, 34, 53, 57, 58, 59, 60, 113, 114

Consciência Fonológica 142, 143, 148

Coordenação Pedagógica 113, 114, 117, 119, 221, 232

Currículo 15, 28, 29, 30, 35, 107, 121, 123, 124, 126, 130, 138, 152, 194, 198, 203, 205, 223, 226, 233, 250, 251

### D

Direito à Educação 39, 40, 41, 51, 201

### E

Educação Básica 15, 29, 53, 64, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 76, 85, 86, 88, 99, 101, 104, 109, 110, 111, 151, 165, 172, 179, 247, 249, 250, 252, 255, 256

Educação do Campo 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 76, 77, 79, 86, 88, 89

Educação Inclusiva 1, 62, 90, 91, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 166, 195, 201, 203, 205

Educação Profissional e Tecnológica 97, 173, 243, 244, 245, 249, 251, 256

Ensino na Saúde 206, 207, 208, 212, 215, 216, 217

Escola do Futuro 167

Escola Sem Partido 39, 40, 48, 51

### F

Financiamento 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88

Formação Continuada dos Professores 2, 67, 68, 69, 160

Formação de Professores 1, 7, 12, 30, 32, 65, 66, 67, 71, 73, 74, 76, 79, 101, 102, 110, 111, 151, 153, 158, 162, 164, 165, 173, 184, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 205, 208, 219, 233, 234, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256

Formação Docente 2, 1, 2, 5, 17, 24, 31, 66, 70, 75, 76, 87, 99, 111, 150, 151, 152, 156,

159, 160, 195, 196, 198, 201, 203, 204, 206, 232, 248, 254

Formação Pedagógica 234, 243, 244, 245, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 256

## **G**

Gestão Democrática 12, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 256

## **I**

Inclusão Digital 36, 165, 172, 173, 182

## **L**

Liberdade de Ensino 39, 40, 41, 42, 43, 49, 50

Língua Brasileira de Sinais 91, 195, 196, 197, 199, 202, 203, 204, 205

Literacia Digital 156, 158, 161, 165

## **M**

Mediação Integral 234

Memórias 34, 220, 222, 223, 225, 226, 228, 229, 230, 232

Mestrado Profissional 206, 207, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 219

Metodologias Inovadoras 127, 168

Mídias Sociais 46, 185, 187, 188

M-Learning 156, 158, 162, 163, 164, 165

## **N**

NAPNE 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

Narrativas 26, 52, 57, 58, 62, 97, 225, 226

## **O**

Orientação Pedagógica 234

## **P**

PARFOR 150, 151, 153, 154

Periódicos 74, 150, 151, 152, 153, 154, 257

Pesquisa 4, 5, 6, 7, 9, 13, 14, 21, 35, 36, 37, 41, 45, 61, 63, 64, 67, 69, 70, 72, 73, 74, 76, 77, 80, 81, 84, 87, 88, 89, 90, 103, 109, 110, 112, 116, 120, 121, 124, 125, 127, 128, 130, 131, 144, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 162, 174, 178, 179, 185, 186, 189, 193, 194, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 224, 225, 234, 235, 241, 242, 245, 247

Políticas Públicas 11, 12, 30, 65, 66, 76, 84, 90, 97, 107, 112, 126, 244, 254, 256

Portal do Professor 99, 102, 103, 107, 108, 109, 110, 112

Prática Docente 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 47, 69, 99, 102, 110, 121, 132, 134, 158, 159, 162, 165,

194, 207, 224, 254

Primeira Infância 137, 220

Professor Pesquisador 1, 5, 6, 7, 151, 153, 154

Psicologia Escolar 99, 100, 102, 103, 104, 108, 109, 110, 111, 112

## **S**

SEDUC 9, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 36

## **T**

Tecnologias Digitais Educacionais 167

## **Y**

Youtube 22, 46, 63, 101, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 194

# Formação Docente: Experiências Metodológicas, Tecnológicas e Práticas



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

# Formação Docente: Experiências Metodológicas, Tecnológicas e Práticas



[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2021